

A POLÍTICA NEOLIBERAL DO GOVERNO FHC: O CASO DO SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO

Roberta Sperandio Traspadini¹

Adriana Fiorotti Campos²

1. INTRODUÇÃO

A questão do desenvolvimento latino-americano ocupou, ao longo de muitas décadas, um lugar privilegiado no debate econômico. A via de resolução dessa questão era considerada decisiva para definir a maneira pela qual cada país conseguiria inserir-se — de forma autônoma ou subordinada — na divisão internacional do trabalho.

Nos anos 90, ao tornar-se Ministro da Fazenda do Governo de Itamar Franco e, posteriormente Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso realiza modificações econômicas, fundamentais, na sua visão, para estruturar uma proposta de desenvolvimento para o país. Estabilidade da moeda - às custas da sobrevalorização cambial e da alta taxa de juros —, redução do papel produtor e regulamentador do Estado na economia — privatização — abertura econômica e exposição das empresas nacionais à concorrência imediata com as multinacionais - tornam-se as metas fundamentais do governo Fernando Henrique Cardoso.

Ao propor uma aliança - que como veremos, é subordinada - ao capital estrangeiro, Cardoso já defendia uma perspectiva de inserção subalterna no marco internacional, isto é, uma visão inelutável da dependência para nossos países. Assim, como sustentamos nesse artigo, ao contrário dos que pensam que houve uma ruptura entre o pensamento

1 Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia.

2 Mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

de Cardoso e sua prática como Presidente, existe continuidade. Por isso é que não tardou para que ele colocasse em prática uma proposta de desenvolvimento que se contradiz flagrantemente com a perspectiva nacional desenvolvimentista. Proposta esta que, ao mesmo tempo, não só se aproxima, como está em estreita consonância com a proposta econômica de cunho neoliberal.

A economia brasileira chega, portanto, no último ano do século XX totalmente desestabilizada, explicitando sua vulnerabilidade junto ao mercado internacional, enfatizando o quanto ainda não se conseguiu resolver os problemas estruturais necessários para que o país rumasse frente ao desenvolvimento sócio-econômico. Ao contrário de primar pelo desenvolvimento, o governo de FHC desde a sua primeira gestão, enfatizou a necessidade de efetivação de uma política econômica que minasse o problema inflacionário brasileiro, para que conseguisse, automaticamente, resolver as demais questões. Dentro desta gestão de governo desenvolvimento e crescimento econômico são tidos como sendo a mesma coisa, delineando, assim, uma proposta para o país que se encaixa totalmente à ortodoxia do Fundo Monetário Internacional.

A equipe de governo não só apostou demasiadamente na credibilidade do presidente no âmbito nacional e internacional, como sustentou sua conduta político-econômica em uma 'pseudo' estabilidade mundial que estava longe de ocorrer em um ambiente globalizado; onde quem dita as regras são as relações financeiras de curto prazo internacionais.

Objetivamos neste trabalho verificar a perspectiva de desenvolvimento do governo FHC explicitando os seguintes aspectos: relação entre Estado, capital nacional e capital internacional, abertura da economia, privatizações e descaso com a política social. Para melhor elucidar estas questões, trabalharemos a atual situação da Petrobrás devido ao fato de ser esta empresa um bom exemplo para demonstrar a perspectiva de desenvolvimento de FHC sustentada via Plano Real.

2. UM PARALELO ENTRE AS IDÉIAS DO INTELLECTUAL E DO PRESIDENTE FHC³

Tomando como base os escritos acadêmicos de Cardoso, datados dos anos 60 em diante, e levando-se em consideração, principalmente, a coletânea de artigos contida em "As idéias e seu lugar", é visível a preocupação do autor com a sustentação prática de suas idéias. Ou seja, a preocupação com uma proposta política que possibilite concretizar um projeto, considerado por ele como sendo não utópico, de desenvolvimento.

Uma visão crítica da obra de FHC, em particular em relação à teoria do desenvolvimento, como tema central de sua geração, nos permite entender porque sua ação política desemboca no que ele mesmo chama de "utopia realista", isto é, em formas que considera exequíveis de realizar o desenvolvimento econômico na periferia do capitalismo, em condições — sustentadas por ele — incontornáveis de dependência econômica. Somente assim encontraremos as relações entre a prática do intelectual e suas expressões na ação política, bem como uma prática política que tornou inviável qualquer tipo de teorização. Isto se dá porque a aceitação dos termos da *interdependência* tornariam, na realidade do capitalismo de final do século XX, impossível qualquer projeto de desenvolvimento. Ao contrário, tem levado à desindustrialização, a uma nova forma de deterioração dos termos de troca, a uma crise profunda das balanças comercial e de pagamento e a uma ausência de política industrial e tecnológica, conseqüência da renúncia a uma política monetária.

Como foi salientado por Velasco (1997), existe a necessidade de um estudo minucioso para entender a perspectiva de desenvolvimento de FHC. Isto é relevante, mesmo que se tenha um postura crítica quanto às idéias de Cardoso e sua efetivação política como Presidente da República, a fim de buscar, na prática intelectual a presença sempre dominante do político e, na atividade deste, a marca nunca ausente do intelectual.

³ Para uma análise da perspectiva sociológica do prisma do Presidente da República, ver: TOLEDO (1998). O jornalista faz 30 horas de entrevista com FHC, enfatizando o entendimento do autor em várias questões, como globalização, esquerda, reforma agrária, dentre outras.

Acreditamos que o Plano Real - implementado em 94, quando o atual Presidente era então Ministro da Fazenda e levado adiante após sua reeleição em 98 - sustenta um projeto de desenvolvimento que vem sendo elaborado há anos por Cardoso, encontrando estreita consonância em alguns economistas de destaque formados posteriormente, nos anos 80.

Em seu último texto, Cardoso já afirmava sua intenção de participar diretamente dos processos políticos de projeção no país. O intelectual e político Fernando Henrique Cardoso passa para os anos 90 convicto de que, mais importante do que escrever, é interferir na realidade, passando a priorizar sua ação política com o desafio de colocar em prática sua visão anti-utópica, "realista", de encontrar sempre espaços na realidade que a teoria não haveria previsto, mesmo que para isto tenha que se abrir a um leque de alianças que contempla forças conservadoras. Sua mais recente referência a José Bonifácio e à possibilidade de um político de índole conservadora assumir política modernizadora, revela essa intenção.

A última década está, concretamente, sendo marcada por uma crise de credibilidade, principalmente política, mas também econômica, tanto dos partidos quanto do próprio governo, em promover políticas que revertam o quadro de crise em que a economia brasileira se encontra.

Para Fernando Henrique Cardoso, já inserido na política partidária, o grande problema é que os gestores de planos econômicos anteriores não conseguiram entender quais seriam os verdadeiros obstáculos internos da economia, fazendo com que o Estado continuasse sendo o do compromisso de classes do getulhismo, representante da coalizão social que impossibilitaria sua modernização e sua reinserção competitiva na nova configuração do mercado mundial. Assim, para que a economia brasileira realmente conseguisse se inserir de forma mais qualificada no cenário internacional, buscando tirar vantagens da transnacionalização do capital internacional, seria necessário que fossem asseguradas medidas tais como: 1) estabilidade econômica fundada na valorização da moeda nacional; 2) estabilidade política; 3) abertura de novas frentes de investimento capazes de alavancar a as-

sociação entre capital nacional privado e capital internacional, conju-gando isto com uma política de privatização das estatais.⁴

Toda essa modelagem de um novo tipo de projeto de desenvolvimento para a economia brasileira, centrada na (*inter*)dependência, isto é, em uma nova relação com o capital internacional, supõe um novo agente responsável por essas transformações.

O Plano Real coloca em movimento um projeto de desenvolvimento, que parte do pressuposto fundamental de que as empresas monopolistas e o próprio capital financeiro internacionalizado, são o principal sujeito desta ação, cabendo ao Estado garantir a estabilidade econômica e a regulação da concorrência necessária ao estímulo dos investimentos.⁵ O que é fundamental reiterar é o fato de que existe um projeto de desenvolvimento embutido no Plano Real e este não se distancia, em seus elementos essenciais, da leitura acadêmica de Cardoso sobre as condições possíveis do desenvolvimento na periferia capitalista, presente em sua teoria da inter-dependência.⁶

Segundo Cardoso, desenvolvimento dependente e associado no atual contexto de globalização ainda vigora como um modelo pertinente, uma vez que a continuidade das disparidades existentes entre países e dentro dos mesmos, permanece, configurando, assim como no passado recente, um processo de assimetria nas relações comerciais externas e internas destes países. Mais do que refutar a idéia do imperialismo como sendo uma tendência à perpetuação da continuidade do atraso das economias latino-americanas em comparação aos demais

- 4 Vale salientar que as idéias utilizadas neste projeto quanto à perspectiva do Plano Real foram sustentadas no curso de extensão realizado pelo departamento de economia da Universidade Federal de Uberlândia (Planejamento e gestão em tempos de real e globalização) onde os responsáveis pelos módulos preocuparam-se em fazer um paralelo entre a atualidade e o resgate histórico das idéias de Fernando Henrique Cardoso, bem como das diferentes conjunturas econômicas, da década de 70 em diante, nacional e internacional.
- 5 Partindo especificamente das idéias anteriormente levantadas onde associação ao capital internacional, inovação tecnológica e reestruturação do Estado são os pontos-chave tanto de seus escritos quanto de sua proposta atual, percebe-se uma total relação entre suas antigas idéias colocadas em prática em sua gestão de Governo.
- 6 Isso em um primeiro momento, pois, a política econômica efetivada até novembro de 97, que se diferenciava da ortodoxia do Fundo Monetário Internacional, tanto em termos de política cambial quanto em termos de salários nominais congelados, sofre uma inflexão com a divulgação de um pacote fiscal onde se nada de similar se tinha com o FMI agora pode ressaltar-se que o Plano Real aderiu totalmente aos ditames econômicos da ortodoxia.

países avançados, Cardoso visualiza na relação com estes, a possibilidade de uma melhor situação tanto externa quanto interna, como única alternativa viável de desenvolvimento em um país como o Brasil.

Deve-se repensar também a atuação do Estado neste novo processo, uma vez que o nacional-desenvolvimentismo mostrou suas limitações, o socialismo ruiu, e a crise do Welfare State, tornou-se patente, pós anos 70. De agente o Estado passou a ser paciente, no sentido de que passou a ser um obstáculo ao dinamismo econômico, que deveria ser transferido para os agentes privados, isto é, para o mercado. Ao Estado caberiam ações reguladoras subsidiárias, como o caso da política cambial, além das políticas sociais, agora com tom de políticas focalizadas, emergenciais, conforme a ação dos programas do Comunidade Solidária.

3. LIMITAÇÕES DA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO CONTIDA NO PLANO REAL

Enquanto os dois primeiros anos de Plano Real foram estandartes de uma nova era vislumbrada para o país, tanto pela manutenção dos baixos patamares inflacionários, quanto pela continuidade das facilidades do mercado mundial, findo este período, o Real parece, a cada instante, enredar-se em sua própria armadilha.

O Real foi perdendo credibilidade nacional e internacional, a partir do momento em que eclodiu a primeira crise mundial sob a hegemonia do capital financeirizado em todo o mundo, mas, principalmente, nas economias periféricas. Para dar continuidade e sustentação ao Plano Real, mantendo a estabilidade macroeconômica da economia brasileira, a equipe econômica do governo passou a aumentar sistematicamente as taxas de juros, para restringir o consumo interno de bens importados, tentando conter os efeitos da crise iniciada na Ásia e procurando contrabalançar o lado perverso da supranacionalidade do capital. Ou seja, buscava mostrar que a economia brasileira não era mais tão vulnerável quanto o fora em períodos anteriores ao Plano Real.

Esta expectativa quanto à fragilidade da economia brasileira em responder às crises ocorridas em outros continentes, gerou graves pro-

blemas na sustentação e continuidade do Plano Real. Dentre os problemas podemos destacar a questão da formação das expectativas. O capital - especulativo - que migrou rapidamente para a economia brasileira, dados os altos patamares dos juros, foi o primeiro a procurar outros espaços para sua reprodução. Ao constatar que a economia brasileira não é tão estável quanto aparentava ser, e nem o Real tem tanta força e expressividade mundial como desejavam seus formuladores, os capitais, tanto nacionais quanto internacionais, partem rapidamente para novos horizontes. Fica evidente, mais uma vez, que a esfera de reprodução do capital mais utilizada na atual etapa do capitalismo é a financeira.

A consequência deletéria destas medidas circunstanciais adotadas pelos gestores do Real, a partir da crise asiática, foi a recessão na qual a economia brasileira está imersa. A estabilidade macroeconômica cedeu espaço à configuração de um total desajuste e desequilíbrio macroeconômico. Isto, por sua vez, gerou incertezas que põem em *xequê* muitas das ilusões *internacionalistas* da equipe de governo de FHC.

Segundo Gonçalves,

"o governo FHC tem provocado extraordinárias incertezas críticas quanto ao futuro do país nas esferas econômica, política e social, que se constituem em verdadeiras bombas de efeito retardado. Além de comprometer o controle da inflação no futuro próximo, essas "bombas" colocam o país numa clara trajetória de instabilidade e crise, inclusive, institucional." (GONÇALVES, 1997: 1)

Nesse sentido, o crescimento econômico se esgota, a recessão aflora, o aumento do nível de desemprego se torna patente e, fundamentalmente, o problema distributivo fica agudizado. Em outras palavras, contrariamente ao que supunham os ideólogos do Real, FHC terminou seu primeiro mandato de governo e ingressou no segundo com o seguinte quadro resumido da economia brasileira: 1) perda de competitividade, com desaquecimento da economia, sobrevalorização

cambial e não constituição de um sistema nacional de inovações; 2) estagnação ao invés de crescimento econômico; 3) aumento progressivo do déficit público; 4) continuidade da concentração de renda; 5) fuga de capitais entre outros aspectos a serem levantados.

O governo foi protelando as reformas a serem efetivadas, ainda em sua primeira gestão, por ser 1998 um ano eleitoral, o Presidente FHC candidato à reeleição e, principalmente, para não permitir o receio da população quanto a modificações nas regras do jogo.

Já, em setembro de 98, o Brasil se deparou com a extensão da crise mundial — com a moratória russa — mostrando que o tão almejado supranacionalismo também é dialético. Ele não só traz vantagens, como quer acreditar a vertente *interdependentista* do desenvolvimento, como traz também fragilidades/vulnerabilidades estruturais.

Não comportando a saída de capital financeiro (especulativo) do país e a não entrada das empresas transnacionais no parque industrial brasileiro — via investimento direto estrangeiro -, o governo teve que utilizar suas reservas para conter as expectativas racionais negativas dos agentes que estavam atuando na economia brasileira, aumentando, ainda mais, as taxas de juros para tentar conter a debacle de sua política econômica.

Toda essa crise culminou na substituição de Gustavo Franco da presidência do Banco Central por Francisco Lopes que, posteriormente — mais especificamente duas semanas depois — cedeu lugar a Armínio Fraga, assessor direto do especulador George Soros. Isso foi necessário para que o Brasil conseguisse prosseguir cumprindo as exigências cada vez mais rígidas do Fundo Monetário Internacional, para que este continuasse cedendo os empréstimos à economia brasileira.

Essas medidas não foram suficientes para romper com o efeito multiplicador da incerteza e, não só continuaram a sair milhões de dólares da economia em busca de um local mundial mais propício e estável, como as reservas são utilizadas para conter o déficit público interno. Juntamente com esta providência, o Governo emite medidas de contenção do gasto público, explicitando definitivamente o caráter contracionista de sua política monetária.

Como salientado por Gonçalves,

“o governo FH tem provocado o surgimento de graves problemas, que se constituem em verdadeiras bombas de efeito retardado, nas esferas econômica, social, política e institucional...de fato, fica cada vez mais evidente que, por trás da “cortina de fumaça” de redução da taxa da inflação, acumulavam-se várias bombas de efeito retardado. O encurtamento do pavio dessas bombas está, portanto, comprometendo a capacidade de controle da inflação no futuro próximo, além de colocar o país numa trajetória de instabilidade e crise nas esferas econômica, social, política e institucional.” (GONÇALVES, 1997: 11)

O corte dos gastos públicos, por sua vez, afeta a pesquisa efetivada pelas universidades, alcançando também todo o processo educacional, deflagrando uma degradação do sistema nacional de inovações brasileiro. Sistema este que é responsável pela endogeneização dos setores geradores de tecnologia e, conseqüentemente, pela diminuição do *gap* tecnológico existente entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos. Na verdade, a contração do investimento e a redução dos gastos públicos são fatores fundamentais na continuidade da dependência produtiva, tecnológica e financeira da economia brasileira.

Por mais que, em um determinado período, sejam aumentadas as importações de bens de capital de ponta, ou seja, com tecnologia embutida, a economia se encontra em retração de produção, não sendo realizados vultosos investimentos na aprendizagem desta produção. Continuamos endogeneizando os bens de produção do departamento de bens de capital, via importação, não propagando a utilização do investimento produtivo. Em outras palavras, ao não enfatizarmos a prioridade a ser dada ao nosso sistema nacional de inovações, mas sim ressaltarmos a relevância da associação com o capital internacional, como o faz a equipe de governo de FHC, perpetuamos a continuidade do desenvolvimento desigual, ficando a variável autóctone do desenvolvimento — investimento — nas economias centrais.

Juntamente com o desaquecimento econômico e o aumento da importação de bens com tecnologia de ponta, visualizamos o aumento do

nível de desemprego, bem como o aumento do mercado de trabalho informal na economia brasileira. De acordo com Gonçalves,

“...no governo FH estima-se que a taxa de crescimento anual do PIB será de ordem de 3,4% (média do período 1995-98). Nesse mesmo período a taxa de crescimento da força de trabalho no Brasil será de 1,4%. Se a essa taxa somarmos uma taxa de crescimento anual da produtividade do trabalho de 3% temos que a taxa de crescimento anual do PIB não é suficiente para se evitar o aumento do desemprego. Nesse sentido, há uma tendência do Brasil se aproximar da Argentina no que se refere à incapacidade de geração de emprego.” (GONÇALVES, 1997,4).⁷

Isto gera a continuidade da concentração de renda, pois, se num primeiro momento o Real propiciou a melhoria da situação econômica da população mais pobre, devido à queda da inflação, num segundo momento, dada a desaceleração da economia e, conseqüentemente, a redução das oportunidades de emprego, propiciou a continuidade da descrença em alguma retomada do desenvolvimento e suas projeções no plano social. Um exemplo disto foi a saída de conhecidos personagens do projeto Comunidade Solidária, já no final do primeiro ano de governo de FHC, dentre os quais estava o Betinho.

Como salienta Sader, paralelamente à saída destes personagens do programa social, uma

“...crítica global à natureza mesma do Comunidade Solidária era feita por uma reunião nacional de assistentes sociais, realizada em Brasília, que pedia sua desativação e colocação em prática da Lei Orgânica da Previdência Social, aprovada, mas que o governo se recusava a obedecer”.
(SADER, 1997, 145)

Ou seja, sustentando que implícita no Plano Real, já tínhamos toda uma política social sendo efetivada, Cardoso argumenta que criar órgãos paralelos seria cair numa redundância desnecessária em termos de conduta política. Como era evidente no primeiro ano de funcionamento do Plano Real, a melhoria na condição de vida da classe mais

⁷ Os dados utilizados pelo autor foram tirados da Revista IPEA, *mercado de trabalho. Conjuntura e análise*, ano 2, nº 4, abril de 1997, tabela A.8.1.

pobre, a partir do controle inflacionário, era tida como um verdadeiro termômetro de um projeto muito mais amplo de desenvolvimento. Enquanto teríamos caído no reducionismo das políticas econômicas realizadas pelas diversas equipes de governo anteriormente ao Plano Real, a partir da efetivação deste, teríamos encontrado uma fórmula de vincular política, sociologia e economia em um mesmo plano, segundo acreditavam Cardoso e sua equipe.

Por fim, o agravamento da fragilidade do setor público em diversos níveis, ao invés de acelerar as reformas ditas como necessárias pela equipe de Governo logo no início da gestão FHC, as engaveta, sendo a da desestruturação da ação estatal orgânica e sistêmica a única a ser efetivada verdadeiramente. Desmantelamento das Universidades, não reajuste dos salários do funcionalismo público e privatizações tornam-se os pilares de sustentação desta reforma impetrada pelo governo.

Dessa maneira, todas as críticas feitas ao nacional desenvolvimentismo voltam à tona em uma gestão que é, por natureza, *internacionalista*. Desequilíbrio macroeconômico, desmantelamento do aparelho produtivo, degradação do tecido social e deterioração político-institucional, tornam-se os chavões da conduta de desenvolvimento da gestão de governo de Fernando Henrique Cardoso, não sendo suficientes para fazer com que o Brasil concorra competitivamente na economia internacional, como ansiavam os ideólogos do Plano Real. Portanto, o que parecia vislumbrar-se em uma alternativa ao insucesso do nacional desenvolvimentismo, acabou incorrendo em problemas, se não mais graves, pelo menos insustentáveis, tanto quanto no período da década perdida.

Coloca-se mais uma vez a questão: quem seria o sujeito de toda esta transformação pela qual passa a economia brasileira, se o próprio capital internacional, aliado a alguns capitais nacionais, foge da armadilha que passou a ser o Plano Real?

4. O CASO DO SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO

Dentre vários exemplos que poderiam ser citados relativos ao retrocesso da política de governo de Fernando Henrique Cardoso com relação

ao desenvolvimento, encontram-se, atualmente, o descaso em relação à política energética e ao setor petrolífero nacional.

O século XX representa a era do petróleo, combustível que é fonte de energia de grande parte do mundo desenvolvido. Seus usos e seus derivados são inúmeros, indo desde remédios até materiais sintéticos, plásticos etc. Apesar das várias tentativas de substituição de seu uso como combustível por fontes alternativas, até o momento a sua utilização no mundo representa 63 % do total de energia primária consumida. No Brasil, apesar do grande uso de energia alternativa, o petróleo e seus derivados representam 32% da oferta interna bruta de energia primária.⁸

Entre 1891 e 1930, a propriedade do solo e do subsolo eram inseparáveis e, além disso, os estados eram os proprietários das terras devolutas e os responsáveis pela regulamentação da mineração. Em 1931, todavia, o Governo Federal anulou a Constituição de 1891 e deu-se o direito de autorizar a pesquisa e a lavra dos recursos minerais em todo o território nacional. A mudança constitucional foi possibilitada pela Revolução de 1930 que trouxe no seu bojo um novo padrão de desenvolvimento econômico no qual o Estado teria uma presença inédita na economia. Ele passa atuar sobre pontos-chave da vida econômica e social, formulando políticas de caráter nacional. O fortalecimento do Estado, o projeto nacional de desenvolvimento auto-sustentável, o nacionalismo e a busca incansável da soberania nacional ligariam, ideologicamente, Estado e Exército no Estado Novo de Getúlio Vargas. Os dados utilizados pelo autor foram tirados da Revista IPEA, mercado de trabalho. Conjuntura e análise, ano 2, nº 4, abril de 1997, tabela A.8.1.⁹

Nos processos de industrialização mais recentes, como o brasileiro, a centralização do Estado empresário ocorreu para contrapesar a força

8 Balanço Energético Nacional – 1996 – MME. Campos (1993).

9 "A afirmação da nação, o fortalecimento do Estado e da instituição militar constituíram, no plano ideológico, uma identidade que se exarceberia no Estado Novo. Esse parece ser o ângulo que melhor permite captar a vinculação entre os militares e o projeto de industrialização concebido como base material da defesa militar, da autonomia nacional e da força do Estado." DRAIBE (1985).

política e econômica dos capitais internacionais e para reduzir a fragilidade política e econômica das burguesias industriais nacionais. O objetivo maior da estatização dos setores estratégicos foi fortalecer o mercado pela mão visível do Estado, o que pode ser entendido como uma relação de complementaridade entre o Estado e o mercado.¹⁰

Durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) houve um crescente movimento de constituição do aparelho estatal de forma centralizada e nacionalmente articulada para dar continuidade ao processo de desenvolvimento. No que se refere ao petróleo, foi criado, no ano de 1938, o CNP (Conselho Nacional do Petróleo) que teve como primeiro presidente o general Júlio Horta Caetano Barbosa. Ainda nesse mesmo ano foi declarado de utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo e a indústria de refino foi nacionalizada.¹¹ Iniciava-se, nesse momento, o processo que iria desembocar na criação da estatal Petrobrás, no dia 3 de outubro de 1953, pela Lei nº 2.004.

A criação da empresa estatal ocorreu devido à fragilidade da economia brasileira quanto à importação do petróleo e tendo em vista a falta de "vontade" (a exploração e a produção são atividades de alto risco e exigem um montante elevado de capital) da iniciativa privada em fazer investimento no setor petrolífero nacional. Dessa forma, colocava-se, no início da década de 50, como prioridade, a redução do grau de dependência externa quanto ao suprimento do petróleo e seus derivados.

O conflito entre os "nacionalistas" e os seus adversários político-ideológicos sempre esteve marcado, no Brasil, nos debates acerca do tema petróleo. Isso também se observa no mundo e, em especial, em alguns países latino-americanos. Em países como a Argentina, a Venezuela, o México e o Brasil, a iniciativa privada foi a precursora na exploração e produção de petróleo. Mas, por vários motivos aderiu-se à intervenção estatal nos países subdesenvolvidos, quais sejam: 1)

10 Cabe aqui ressaltar que a Petrobrás teve um papel importante na modernização capitalista brasileira. Um exemplo disso é que ela detém uma considerável participação no total das compras de bens, equipamentos e contratação de serviços ofertados internamente no país. A prioridade dada às empresas nacionais desenvolveu empresas sérias e competitivas que não teriam crescido sem essas condições.

11 As idéias nacional desenvolvimentistas e, além dessas, o populismo foram marcantes desde então e até o Golpe Militar de 1964.

coibir o poder de mercado dos oligopólios internacionais do petróleo; 2) garantir uma taxa de exploração não-predatória dos recursos petrolíferos; 3) a distribuição geográfica dos reservatórios petrolíferos e de seu consumo é extremamente desigual e desproporcional; 4) o processo de industrialização latino-americano é intensivo em energia; 5) o elevado peso do petróleo na balança comercial dos países importadores e dos países exportadores de petróleo; 6) a preocupação com a segurança do suprimento do petróleo tanto em termos militares como econômicos; 7) garantir uma maior participação do Estado nos enormes lucros gerados pela indústria petrolífera, etc. Em alguns casos, como por exemplo no Brasil, um dos motivos da intervenção do Estado na indústria do petróleo foi a afirmação da inexistência de petróleo e não interesse, por parte do capital privado, na arriscada atividade de exploração/produção.¹²

Apesar dos constantes conflitos em torno das idéias de intervenção estatal e atuação livre do mercado, a Petrobrás, devido à sua característica marcante de autonomia e devido ao monopólio que exercia, pôde se adequar a cada momento histórico e político. O período que acentuou a sua postura de liderança e a sua autonomia foi o ano de 1967, com o Decreto-lei nº 200. O decreto, inspirado em paradigmas de direito privado, consagrou e realçou a intervenção do Estado na ordem econômica através de empresas criadas com essa finalidade.

A estatal passaria a se adequar à lógica do mercado seguindo os rumos da indústria petrolífera internacional: integração vertical e criação de subsidiárias. Todavia, a criação de subsidiárias acirrou o conflito entre a Petrobrás e os grandes oligopólios internacionais que atuavam, anteriormente, nessas atividades. Um exemplo que pode ser citado foi a criação da BR distribuidora, colocando a subsidiária estatal como a maior distribuidora do país e a única a possuir postos de venda em todo o território nacional.

O monopólio estatal do petróleo foi muito importante para reduzir a dependência nacional da importação de petróleo e derivados, para a

¹² Mesmo depois da criação da Petrobrás, o conflito político-ideológico entre as partes a favor e contra o monopólio estatal exercido pela empresa foi muito acirrado. Fatos importantes como o suicídio de Vargas, o Golpe Militar de 1964, a Constituição de 1988 e a recente Reforma Constitucional comprovam o ponto acima referido.

manutenção de preços internos compatíveis com os preços internacionais, para manter o fornecimento desses produtos em todo território do país sem que ocorressem grandes variações nos preços, para a manutenção de programas energéticos alternativos como o Proálcool, para a segurança nacional, para o aperfeiçoamento tecnológico, para a formação de recursos humanos, etc., possibilitando à Petrobrás competir a nível internacional.

Apesar da importância das estatais estratégicas, a partir do final da década de 70, elas passam a ser utilizadas como instrumento de combate à inflação (redução irrealista dos preços das tarifas), além de serem forçadas a recorrer ao crédito externo. De um lado, com as suas tarifas reduzidas, não conseguiam ter um razoável nível de autofinanciamento. E, por outro lado, passavam a utilizar muito mais recursos de terceiros do que podiam. Cabe ressaltar que a Petrobrás devido a sua autonomia e liderança, não foi tão prejudicada quanto as outras estatais.

Na década de 80, o processo de estatização da dívida externa brasileira foi acentuado devido à particular conjuntura da economia brasileira e do mercado financeiro internacional: a política recessiva do início da década de 80 (recessão, contenção do salário real, controle dos gastos do governo - em especial, dos investimentos -, elevação das taxas de juros e contração da liquidez real). As estatais, por sua vez, tiveram o seu quadro econômico e financeiro agravado, possibilitando, assim, aos liberais, iniciar o processo de privatização. A justificativa para a privatização era o aumento da eficiência das empresas, melhoria de qualidade e preços para o consumidor advindos da concorrência e liberar os recursos governamentais para investimentos nas áreas sociais.

A partir da década de 80, vários interesses, com ou sem suporte político, juntaram-se e organizaram-se com o objetivo de fragilizar, política e economicamente, o Sistema Petrobrás. Entretanto, de acordo com Alveal Contreras há uma "*esquizofrenia do discurso*": como traduzir a doutrina liberal de abertura do setor petrolífero numa agenda política concreta para uma sociedade essencialmente não liberal?¹³ Seria o

13 BOSCHI. In: ALVEAL CONTRERAS, (1994)

caso de transformar a mentalidade da sociedade, induzindo-a a acreditar que o setor estatal, como um todo, é ineficiente, e que as empresas privadas são mais eficientes e qualificadas para uma nova etapa de crescimento econômico?

Contudo, foi somente na década de 90 que o processo de privatização obteve um maior apoio. No caso do petróleo, o primeiro passo foi a privatização de algumas subsidiárias da Petrobrás que poderiam ser liquidadas sem que houvesse mudança na Constituição. O segundo passo foi a flexibilização do monopólio exercido pela estatal e, possivelmente, de acordo com o observado na política de Fernando Henrique Cardoso, o próximo passo seria a privatização da empresa.¹⁴

Uma das medidas propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, em 1994, no seu programa de governo, foi a flexibilização do monopólio estatal do petróleo, como pode ser observado no mesmo documento:

"Propor emenda à Constituição e alterações na legislação que viabilizem a flexibilização do monopólio da União sobre o petróleo, com permissão para o estabelecimento de parcerias e 'joint ventures' entre a Petrobrás e o setor privado, nas áreas que forem convenientes ao interesse nacional." (Cardoso 1994: 205)

Esta proposta foi concretizada no dia 7 de junho de 1995, logo após o final da greve dos petroleiros, quando foi aprovada pela Câmara dos Deputados, em primeiro turno, a quebra do monopólio do petróleo. A emenda constitucional obteve 364 votos a favor, 141 contra e 3 abstenções. Esse texto retirou do Estado a exclusividade sobre pesquisa, prospecção e refino do petróleo.

¹⁴ Na atualidade, as idéias liberais conquistaram um grande espaço no mundo todo. Marcadas pela bandeira da liberdade, igualdade, direito dos consumidores, concorrência e eficiência, trazem à tona algumas medidas do Consenso de Washington padronizadas para todos os países periféricos que objetivam, dentre outras coisas, estabilidade da moeda e ajuste fiscal. As medidas propostas pelo Consenso de Washington são: o Estado mínimo, a desregulamentação, a privatização, a hegemonia do mercado, a liberalização e a estabilidade da moeda como metas prioritárias. Trata-se de um verdadeiro retorno à teoria econômica de Adam Smith da "mão invisível" do mercado.

Na emenda constitucional¹⁵, deixou-se bem claro, no entanto, que o controle acionário da Petrobrás continuaria com a União (pelo menos 51%). O novo modelo para o setor petrolífero nacional que foi resumido pela Folha de São Paulo corresponde aos seguintes itens:

"1) A Petrobrás não será privatizada; 2) As 29 áreas que já produzem petróleo no país ficarão reservadas à Petrobrás e não poderão ser exploradas por outras empresas; 3) A estatal terá preferência em caso de empate em licitações para futuros contratos de pesquisa e lavra de petróleo; 4) O setor será administrado por um Conselho Nacional do Petróleo, com a participação da sociedade e subordinado ao Ministério das Minas e Energia; 5) O conselho deverá impedir a formação de cartel e a prática de dumping, entre as empresas que passarão a investir no negócio." (SALOMON 1995: 7)

A votação consistiu grande triunfo para os planos de reformas econômicas do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que já havia feito outras quatro emendas constitucionais na área econômica. O Congresso aprovou a flexibilização dos monopólios estatais das telecomunicações e da distribuição de gás, a abertura para as companhias estrangeiras da navegação de cabotagem marítima e fluvial, assim como o fim da distinção entre empresas de capital nacional e estrangeiro.

O senado aprovou no dia 16 de julho de 1997, por votação simbólica, a lei que regulamenta a quebra do monopólio estatal do petróleo e que revoga a lei nº 2.004, que criou a Petrobrás em outubro de 1953. Com a nova lei, um conselho interministerial que tenha a sua frente o ministro de Minas e Energia fixará diretrizes para importação e exportação de petróleo e derivados. A ANP (Agência Nacional do Petróleo) conduzirá o processo de licitação para concessão do direito de pesquisar e extrair petróleo no Brasil e assumirá as funções do Departamento Na-

¹⁵ A emenda constitucional que põe fim ao monopólio estatal do petróleo na exploração, produção e refino ao autorizar concessões às empresas privadas nas diferentes atividades do setor foi aprovada pelo Senado, em 1º turno, no dia 18 de outubro de 1995. Sua segunda e definitiva aprovação deu-se no dia 8 de novembro de 1995, com 60 votos a favor e 15 contra, sem abstenções. Essa emenda constitucional, de nº 9, altera o (1º do art. 177 da Constituição Federal de 1988.

cional de Combustíveis (DNC). A privatização da Petrobrás é proibida por lei¹⁶, mas a empresa poderá ter todo o seu acervo técnico fornecido, mediante pagamento, às empresas concorrentes e, além disso, poderá criar subsidiárias para suas atividades em que seja acionista minoritária.

A Lei nº 9.478, que regulamenta o setor petrolífero nacional, é bastante ambígua, permitindo, por vezes, até mesmo fragilizar a estatal. Para se ter uma idéia, essa lei sofreu forte oposição por parte dos partidos de esquerda e, também, de boa parte da própria base do governo. Como exemplo pode-se citar a crítica do senador José Sarney quanto ao texto. O artigo 22, que determina que a Petrobrás repasse à ANP o seu acervo de informações, criou bastante polêmica, uma vez que o acervo poderá ser franqueado às outras empresas interessadas no setor (empresas concorrentes), mediante, é claro, remuneração à Petrobrás. A crítica feita ao artigo acima referido é quanto à perda da garantia de preferência da Petrobrás no caso de licitações e, também, quanto à perda da garantia da manutenção das suas atuais áreas de atuação (como por exemplo a Bacia de Campos), caso as outras empresas tenham acesso ao acervo de dados da estatal.

Acreditamos, no entanto, que para resolução dos problemas que a Petrobrás enfrenta no momento não seria necessário a quebra do monopólio. Pelo contrário, com a flexibilização poderá ocorrer um enfraquecimento da empresa, deixando como alternativa final a privatização. O melhor seria manter a estatal fortalecida e dar-lhe três condições para aumentar sua capacidade de competir no setor: 1) prática de preços reais para os derivados; 2) integração produtiva; e 3) autonomia gerencial.¹⁷

16 Zylbersztajn (Diretor-Geral da ANP) e Raimundo Britto (ministro das Minas e Energia) afirmaram em entrevista dada em Brasília que a Petrobrás não será privatizada no governo Fernando Henrique Cardoso. "A idéia, na verdade, é que a ANP crie um mercado competitivo no setor de petróleo, ainda hoje dominado pela Petrobrás em razão de meio século de monopólio. Depois disso, aí sim, a Petrobrás poderá ir a leilão. 'Não seria prudente vender a Petrobrás num ano eleitoral, pois só criaria confusão', diz um auxiliar de FHC." VEJA. Pio mais claro: genro de FHC vira o homem do petróleo no país. São Paulo: Abril. Ano 31, nº 2. 14 de Janeiro de 1998. p. 26.

17 A ANP deverá enfrentar três grandes problemas se objetivar fazer com que as mudanças no setor petrolífero transformem-se em ganhos efetivos para a sociedade: 1) falta de tradição da administração pública brasileira em matéria de regulação; 2) alto grau de protecionismo ainda vigente; e 3) distorções existentes nos preços dos derivados.

Atualmente, somente dois cenários são possíveis para a indústria do petróleo no Brasil. O primeiro cenário é a manutenção da atuação do setor petrolífero de acordo como era antes da quebra do monopólio, ou seja, não havendo um aumento da "concorrência" (a Petrobrás passaria a ter um monopólio de fato). A "concorrência" só viria a ocorrer se houvesse privatização de segmentos importantes controlados pela Petrobrás.

Se a Petrobrás permanecesse livre para atuar como empresa, não haveria entrada de novos competidores, devido ao seu nível de integração vertical e à sua competência. As barreiras à entrada no mercado nacional de óleo são: a capacidade de refino suficiente para o abastecimento de todo território nacional, os dutos e terminais de propriedade da empresa e a atuação da Petrobrás em campos maiores e com menores custos de produção.

O segundo cenário ocorreria caso o governo realmente chegue a facilitar a entrada de concorrentes internacionais na exploração livre de petróleo. As empresas entrantes concentrarão seus esforços nas bacias já conhecidas e irão importar derivados de suas matrizes, já que há ociosidade no mercado internacional de derivados. As bacias de custo de produção mais elevadas serão abandonadas e haverá uma perda da capacidade brasileira de produção e de descoberta de novas bacias de alto risco geológico.

Concluindo, se não houver uma regulamentação séria do setor petrolífero nacional, a Petrobrás perderá capacidade tecnológica, recursos humanos, etc., podendo correr o risco de ser desverticalizada e, logo após, destruída através do mecanismo da privatização. No dia 5 de março de 1999, mais um fato fortaleceu a hipótese de privatização: o então presidente da estatal, o engenheiro Joel Rennó pediu demissão do cargo. Rennó estava no cargo de presidente da empresa por seis anos e três meses e durante a sua gestão a Petrobrás aumentou a sua produção de petróleo em mais de 70% (de 700 mil barris/dia para 1,2 milhão de barris/dia). A decisão de pedir demissão ocorreu após a resolução de Fernando Henrique Cardoso de afastá-lo e de substituir toda a diretoria da empresa. Ou seja, interromper, em certo sentido, o notável progresso que a estatal estava obtendo.

De acordo com a postura político-ideológica do governo FHC, vê-se que o cenário mais provável é a privatização da Petrobrás. Ela ocorrerá mesmo que o setor petrolífero possua características que, ainda hoje, acentuem a necessidade da intervenção estatal.

5. CONCLUSÃO

Feitas tais considerações acerca da perspectiva de desenvolvimento de Cardoso, - exemplificada a partir da análise sobre a Petrobrás - percebemos que esta não é, contrariamente ao que o autor dizia, um avanço em relação à perspectiva latino-americana das idéias cepalinas. Não tecendo esta crítica a todos os teóricos dependentistas, mas sim, ao *interdependentismo* de Fernando Henrique Cardoso, acreditamos que este poderia, por exemplo, ter avançado no discurso cepalino no que se refere à distribuição de renda para a alavancagem do mercado interno, mas não o fez. Ao contrário, supondo estar implicitamente contido no Real os três âmbitos de análise do desenvolvimento — político, econômico e social — o autor acredita que sua perspectiva ao ser efetivada, via Plano Real, abrangeria todas as áreas, sendo uma evolução teórica e prática de tudo que foi dito e feito, anteriormente, no continente latino-americano.

Os limites da perspectiva internacionalista de Cardoso são explicitados, a partir de uma visão restrita da ótica do próprio capital, uma vez que este destrói e cria facilmente novos ambientes para sua reprodução. Acreditando o autor que a economia brasileira, a partir da chegada das transnacionais nas economias periféricas, incorreria em um bem sucedido projeto de desenvolvimento capitaneado pelo capital internacional, Cardoso deixava de perceber muitos pontos que são peculiares à 'própria autonomia do capital', dentre os quais podemos ressaltar:

- 1) só se conseguirá fazer com que a economia brasileira se desenvolva e concorra competitivamente no mercado internacional, via empresas transnacionais ou nacionais, caso tenha-se um ambiente interno propício para o investimento direto, que requer pesquisa e desenvolvimento do produto, a partir da qualificação de técnicos e

um sistema nacional de inovações, bem como oferta de insumos e matérias-primas para abastecer estes setores;

- 2) existe um outro tipo de transnacionalização relativa ao capital financeiro, estritamente relacionada ao macroambiente da economia, desestruturando paulatinamente a questão do câmbio e da política monetária, na qual altas taxas de juros propiciam a reversão do capital produtivo para o capital especulativo, auferindo ganhos em um curto prazo;
- 3) a questão das disparidades sociais deve ganhar uma política digna e respeitosa a partir de uma redistribuição de renda, rompendo com o ciclo perverso da proliferação de ganhos de determinadas classes em detrimento das péssimas condições de vida da maioria da população. Reforma agrária, reorientação trabalhista com aumento dos salários mínimos e reestruturação do Estado a partir de questões próprias que dêem margem a uma certa autonomia relativa no processo decisório de atuação no mercado interno e externo, tornam-se questões fundamentais.

Se não podemos mais clamar, como muitos sustentam, pela volta do nacionalismo e até mesmo do socialismo, que pelo menos possamos hastear a bandeira de responsáveis por uma proposta de desenvolvimento que gere, para além da retórica e do casuísmo, uma verdadeira solução para os problemas da economia e sociedade brasileiras.

Segundo sustentamos, não existe problema em abrirmos nossa economia à concorrência e atuação externa, desde que as empresas nacionais tenham condições de concorrer com as demais empresas. E isto requer uma política industrial seletiva e uma reorientação para a estruturação de um sistema nacional de inovações. Além disso, distribuição de renda centrada na endogeneização do progresso técnico e em uma reforma agrária, subsidiada por uma verdadeira política agrícola, tornam-se elementos fundamentais. E, finalmente, nenhuma destas políticas pode ser feita sem que se tenha em mente um Estado forte, atuante e responsável por regular, intervir e produzir, política, econômica e socialmente na nossa economia.

Portanto, o internacionalismo de nossos mercados pode ser uma realidade mas ele não foi capaz, por si só, de resolver os problemas estruturais inerentes a nossa condição de economia periférica nas relações econômicas internacionais. O nosso empresário brasileiro, principalmente pequeno e médio, necessita do apoio e estímulo do Estado, possibilitando um ambiente condizente com a concorrência, até então espúria, junto às transnacionais. O desenvolvimento dependente e associado que avançou para o supranacionalismo e a *interdependência* não permitiu que o capital global resolvesse os problemas das economias periféricas, ao contrário, os acentuou. Por fim, as idéias mesmo estando em 'seus lugares', não apenas não solucionam os problemas gerados pelas políticas anteriores, como os aprofundam e conduzem o país a um beco sem saída.

A crise atual, de paradigmas nos mostra que se os atores do desenvolvimento que se quer, principalmente, para as economias latino-americanas, ainda estão indeterminados. Por tudo isso é que permanecemos indagando sobre vários aspectos que permanecem em discussão: qual o desenvolvimento que se quer? Qual é a classe capitaneadora desse desenvolvimento? Existe possibilidade de diminuição das disparidades sociais intra e inter países numa sociedade capitalista periférica? Existe alternativa, na crise pela qual está passando a economia mundial, para uma perspectiva alternativa ao capitalismo? Se não, existe a possibilidade de uma autonomia ainda que relativa dos Estados Nacionais num ambiente de globalização? Por fim, a questão maior que resta é: a atual perspectiva do desenvolvimento interdependente torna-se uma alternativa viável para que tipo de país e está sendo capitaneada por qual agente transformador?

As respostas para estas perguntas suscitam outros trabalhos. Entretanto, as perguntas, e conseqüentemente as respostas, estão longe de ser esgotadas. O que é propício ocorrer no momento atual é a retomada da discussão do desenvolvimento latino-americano, a partir de uma reavaliação dos projetos que tivemos até agora em nosso continente.

6. BIBLIOGRAFIA

- ALVEAL CONTRERAS, Edelmira Del Carmen Alveal. "Os Desbravadores: A Petrobrás e a Construção do Brasil Industrial." Rio de Janeiro: Relume Dumará: ANPOCS, 1994.
- BIELSCHOWSK, R. "Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento." 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2ª edição, 1995.
- BENJAMIM, C. "A opção brasileira." Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.
- CAMPOS, Adriana Fiorotti. "O processo de privatização: o caso da Petrobrás". In: Revista Interface. Ano II, 3 de Novembro. pp. 109-119, 1997.
- CAMPOS, Adriana Fiorotti. "Petrobrás: A Caminho da Privatização? (A quebra do monopólio estatal e suas implicações)." Dissertação – Mestrado em Economia Vitória: UFES, 1998.
- CARDOSO, F. H. "Mãos à obra, Brasil (Proposta de Governo)". Brasília, 1994.
- CARDOSO, F.H. "Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil." São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- CARDOSO, F.H. e FALETTO, E. "Dependência e desenvolvimento na América Latina." 6ª Edição. Santiago do Chile: ILPES, 1981.
- CARDOSO, F.H. "Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: sociologia do empresário industrial argentino e brasileiro." São Paulo: Zahar Editores, 1971.
- CARDOSO, F.H. (1980). "As idéias e seu lugar." 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- CEPAL. "Transformacion productiva con Equidad." México: Publicación de las Naciones Unidas, 1996.

- DOSI, G. "Technological Paradigms and Technological trajectories." In: Reserch policy 11, 1982.
- DRAIBE, S. "Rumos e Metamorfoses - um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DUTRA, L. E. D. Refletindo sobre o futuro. "Grupo de Estudo sobre a reforma Institucional do Setor Petróleo." (internet), 1996.
- FIORI, J.L. Em busca do dissenso perdido: Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado." Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- FRANCO, G. "A inserção externa e o desenvolvimento." Rio de Janeiro: (mimeo), 1996.
- GONÇALVES, R. (1997). "Desestabilização macroeconômica e incertezas críticas: o governo FH e suas bombas de efeito retardado." RJ: UFRJ (mimeo) – texto para discussão.
- GONÇALVES, R. "Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira." IN: BAUMANN, R. O Brasil e a economia global. (org.) Rio de Janeiro: Campus. pp.133-166, 1996.
- LEVY, H. "Petrobrás: a saída de um bom presidente." In: Gazeta Mercantil. São Paulo, 10 de Março de 1999. p. A-2, 1999.
- MARINI, R. M. "Dialética de la dependência." México: Edições Era S/ A., 1982.
- MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense. 9ª Edição, 1994.
- PAIVA, C. A. Planejamento e gestão em tempos de real e globalização. Uberlândia, (mimeo), 1997.
- PAIVA, C. A. Os impactos distributivos de uma política anti-inflacionária de exposição competitiva e ancoragem cambial. Uberlândia, (mimeo), 1998.

- SADER, E. "Nós que amávamos tanto o Capital." In: O poder, cadê o poder? Ensaio para uma nova esquerda. São Paulo: Boitempo editorial, 1997.
- SALOMON, Marta. "FHC promete dar privilégios à petrobrás". In: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 08 de Junho de 1995. Caderno Brasil, p. 7.
- TOLEDO, R. P. O Presidente segundo o sociólogo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TRASPADINI, R. A perspectiva da (inter)dependência de FHC: uma análise própria do desenvolvimento capitalista brasileiro. Uberlândia: UFU (dissertação de Mestrado—Desenvolvimento Econômico, 1998.
- VEJA. (1998). "Pio mais claro: genro de FHC vira o homem do petróleo no país." São Paulo: Abril. Ano 31, nº 2. 14 de Janeiro de 1998. p. 26.
- VELASCO, S. "Idéias do poder: dependência e globalização no discurso recente de FHC." In: Teoria da dependência, 1997.
- VELLOSO, E. "O fim do longo reinado de Rennó na Petrobrás." In: *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 8 de Março de 1999. p. A-9, 1999.
- VELLOSO, R. J. P. "Estabilidade e crescimento: os desafios do Real." Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.